



TJ-SE

QUESTÕES GABARITADAS

LÍNGUA PORTUGUESA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	27

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	24

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	30

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	21

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	31

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	20

SUMÁRIO



NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	18

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	19

SUMÁRIO



1. FGV - PROF (PREF SP)/PREF SP/EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Substantivo

Entre as opções a seguir, assinale aquela em que o aumentativo sublinhado perdeu o valor de aumentativo, designando uma outra realidade.

- (A) O entregador tocou a campainha e esperou no portão.
- (B) O fazendeiro tinha um cachorrão para vigiar a plantação.
- (C) O panelão da feijoada já estava sobre o fogão.
- (D) O apartamento tinha um varandão na frente.
- (E) Na parte de trás, havia um terrenão para o plantio de frutas.

2. FGV - PROF (PREF SP)/PREF SP/ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO/PORTUGUÊS/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Substantivo

Assinale a opção que exemplifica a seguinte mudança de classe nas palavras: substantivos comuns que passaram a substantivos próprios e substantivos próprios que passaram a comuns.

- (A) Campina Grande / celular.
- (B) Fortaleza / felicidade.
- (C) Pouso Alegre / santo.
- (D) Três Corações / champanha.
- (E) Recife / canário.

3. FGV - AFRE MG/SEF MG/AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Adjetivo

Nossas necessidades são muitas, mas nossos desejos são incontáveis.

Nessa frase, o segundo termo sublinhado mostra uma intensificação do primeiro. Assinale a opção em que essa estratégia se repete.

- (A) “Livros trazem a vantagem de podermos estar sós e acompanhados.”
- (B) “Documentários são tão verdadeiros ou tão mentirosos quanto a ficção.”
- (C) “O escritor não escreve o que ouve, nem o que houve. Escreve o que sente.”

12. (D) “QUANDO VOCÊ POSSUI UM LIVRO COM MENTE E ESPÍRITO, VOCÊ ENRIQUECE. MAS QUANDO VOCÊ O PASSA ADIANTE, ENRIQUECE TRIPLAMENTE.”

- (E) “Livros são os mais silenciosos e constantes amigos. Os conselheiros mais acessíveis e sábios. E os mais pacientes professores.”

4. FGV - AFRE MG/SEF MG/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Adjetivo

“As pessoas de classe deixam à plebe tanto a preocupação de pensar, quanto o temor de pensar erroneamente.” Na frase acima, o termo sublinhado traz implícito um adjetivo (*alta classe*).

Assinale a opção em que a expressão sublinhada não mostra a mesma situação.

- (A) Meu pai sempre aconselhava que procurássemos uma menina de família para casar.
- (B) Sempre devemos respeitar as pessoas de idade.
- (C) As pessoas do interior são mais francas.

**1. FGV - ESC POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022**

Assunto: Administração Geral e Pública - Organização (Introdução à Administração)

Um adolescente conseguiu um trabalho como jovem aprendiz em uma secretaria municipal. Antes de iniciar seu trabalho, ele precisa entender o que significa “um grupo estruturado de pessoas, com propósitos comuns, que se juntam para alcançar objetivos compartilhados”.

O significado a ser compreendido é o de

- (A) coordenação.
- (B) eficiência.
- (C) organização.
- (D) processo.
- (E) recurso.

2. FGV - ESC POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Administração Geral e Pública - Organização (Introdução à Administração)

Os administradores devem alcançar um bom balanceamento no exercício das funções que desempenha; entretanto, sabe-se que, em função da descentralização das atividades em níveis organizacionais, esse balanceamento dependerá do nível de atuação do administrador na estrutura organizacional.

Nesse sentido, espera-se que um administrador que atue no nível operacional desenvolva

- (A) supervisão de primeira linha.
- (B) determinação dos objetivos estratégicos.
- (C) desenho da estrutura organizacional.
- (D) definição das diretrizes corporativas.
- (E) controles globais de desempenho.

3. FGV - AFRFB/SRFB/GERAL/2023

Assunto: Administração Geral e Pública - Introdução ao Processo de Organização (Desenho Organizacional, Centralização, Descentralização)

Embora seja alvo de muitas críticas ao longo da evolução das teorias organizacionais, a departamentalização continua sendo um modelo de organização predominante em muitos setores. Há, no entanto, diferentes maneiras de definir a departamentalização e buscar adequá-la ao ambiente em que a organização atua.

Considerando os tipos de departamentalização, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() A departamentalização por produtos ou serviços é considerada adequada para promover a cooperação entre departamentos e, assim, facilitar a inovação em ambientes onde a tecnologia muda rapidamente.

() A departamentalização funcional promove a cooperação entre especialistas com competências comuns, o que por sua vez pode dificultar a cooperação interdepartamental e a flexibilidade para responder às mudanças tecnológicas quanto estas são muito frequentes.

() A departamentalização por processos facilita a adaptação à realidade local, incluindo delimitações geográficas, sendo recomendada para níveis estratégicos por sua flexibilidade às mudanças.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e V.
- (C) F, V e V.
- (D) V, V e F.



1. FGV - CONT (CGM RJ)/PREF RJ/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Em uma gincana jurídica, os grupos Alfa, Beta e Ômega foram instados a se manifestar sobre o conteúdo dos princípios fundamentais expressamente veiculados no Título I da Constituição da República de 1988. O grupo Alfa defendeu que a forma de Estado adotada foi mencionada no rol desses princípios. O grupo Beta observou que a forma de governo foi objeto de previsão específica. O grupo Ômega, por sua vez, defendeu que o sistema de governo foi expressamente contemplado.

Ao final da gincana, o júri observou, corretamente, em relação às afirmações dos grupos, que:

- (A) somente as afirmações dos grupos Alfa e Ômega estavam corretas;
- (B) somente as afirmações dos grupos Alfa e Beta estavam corretas;
- (C) somente a afirmação do grupo Ômega estava correta;
- (D) somente a afirmação do grupo Beta estava correta;
- (E) as afirmações de todos os grupos estavam corretas.

2. FGV - TCI (CGM RJ)/PREF RJ/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Ana, Inês e Bruna debateram a respeito dos princípios fundamentais que devem direcionar a República Federativa do Brasil nas relações internacionais. Ana defendia que um desses princípios é o da autodeterminação dos povos, indicativo de que o Brasil, mesmo que divirja das leis locais que apregoem práticas discriminatórias, quaisquer que sejam elas, deve respeitar o domínio reservado de natureza interna, sem formular qualquer juízo de valor. Inês ressaltava que as relações internacionais devem ser direcionadas pelo escalonamento dos Estados soberanos, conforme os paradigmas sociais e econômicos adotados pelo Brasil. Bruna, por sua vez, ressaltou que a concessão de asilo político, ainda que caminhe em norte contrário aos balizamentos estabelecidos pela ordem jurídica de outro Estado soberano, deve direcionar o Brasil nas relações internacionais.

O professor Clovis, ao analisar as afirmações de suas alunas, concluiu, corretamente, à luz da Constituição da República de 1988, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) somente Ana está certa;
- (C) somente Bruna está certa;
- (D) somente Ana e Inês estão certas;
- (E) somente Bruna e Inês estão certas.

3. FGV - NAC UNI OAB/OAB/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Carlos, praticante de religião politeísta, é internado em hospital de orientação cristã e solicita assistência espiritual a ser conduzida por um líder religioso de sua crença.

Os parentes de Carlos, mesmo cientes de que a assistência solicitada se resumiria a uma discreta conversa, estão temerosos de que a presença do referido líder coloque em risco a permanência de Carlos no hospital, em virtude de representar uma vertente religiosa não aderente à fé adotada pela instituição hospitalar.

Os parentes de Carlos o procuram, como advogado(a), para conhecer os procedimentos adequados à situação narrada.

Você os informou que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o hospital

**1. FGV - AT (AGENERSA)/AGENERSA/2023**

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Os princípios que regem a atividade administrativa no setor público estão previstos de forma explícita ou implícita na Constituição Federal de 1988.

Assinale a opção que indica o princípio que impede um servidor de usar seu cargo para lesar um desafeto, desobedecendo os fins coletivos.

- (A) da Continuidade.
- (B) da Publicidade.
- (C) da Impessoalidade.
- (D) da Eficiência.
- (E) do Contraditório.

2. FGV - SEC ASSIST (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Um funcionário público que, embora aja honestamente, execute suas atribuições sem a devida presteza esperada para sua função estará violando o princípio constitucional da

- (A) eficiência.
- (B) eficácia.
- (C) legalidade.
- (D) publicidade.
- (E) igualdade.

3. FGV - AJ TRT13/TRT 13/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Entre os princípios da administração pública aplicáveis aos Oficiais de Justiça está aquele acrescentado pela Emenda Constitucional nº 19/98, que consolida o movimento por uma Administração Pública menos sujeita aos efeitos colaterais da burocracia, inaugurando, assim, o que se convencionou denominar Administração Pública Gerencial. Tal princípio exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza e rendimento funcional, buscando a prestação do serviço com qualidade alta e baixo custo. Assim, o exercício da função administrativa pelo Estado deve ter como tripé: quantidade, qualidade e economicidade. Nesse contexto, foram introduzidos vários instrumentos no Direito Administrativo, como avaliação de desempenho, parcerias público-privadas, agências reguladoras etc.

O princípio da administração pública expresso descrito é o da

- (A) legalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) produtividade.
- (D) eficiência.
- (E) publicidade.

4. FGV - TPN (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais



Noções de Direito Penal

1. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/APOIO ESPECIALIZADO/SERVIÇO SOCIAL/2022

Assunto: Direito da Criança e do Adolescente - Das Disposições Preliminares (ECA - arts. 1º ao 6º)

A Doutrina da Proteção Integral que fundamenta o ECA, Lei nº 8.069/1990, está em linha com uma concepção de sociedade que:

- (A) reconheça a criança e o adolescente como sujeitos de direito e não como objeto do olhar punitivo que caracterizou as legislações anteriores;
- (B) pautada na doutrina retributiva, coloque no centro das políticas sociais o indivíduo em sua singularidade e dignidade;
- (C) valorize a família como ente exclusivo e incontornável do cuidado e do disciplinamento dos filhos;
- (D) reconheça a criança e o adolescente como seres em desenvolvimento, objetos da proteção e da educação dos pais;
- (E) coloque em perspectiva o futuro da nação, dependente que é do investimento seletivo nas crianças e adolescentes que mais se destacam.

2. FGV - CUID (SEAD AP)/SEAD AP/2022

Assunto: Direito da Criança e do Adolescente - Das Disposições Preliminares (ECA - arts. 1º ao 6º)

Avalie se, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as seguintes afirmativas estão corretas:

I. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

II. As crianças e os adolescentes têm direitos garantidos, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

III. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

3. FGV - PEDA (SEAD AP)/SEAD AP/2022

Assunto: Direito da Criança e do Adolescente - Das Disposições Preliminares (ECA - arts. 1º ao 6º)

Avalie, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90, se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

() A Lei nº 8.069/90 dispõe sobre a proteção integral à criança e parcial ao adolescente.

() Considera-se criança, para os efeitos da Lei nº 8.069/90, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

() A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, V e V.



1. FGV - TJ (TJ TO)/TJ TO/APOIO JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Júlia é uma jovem de 16 anos que decidiu casar-se com seu primeiro namorado, Roberto, três anos mais velho que ela. Os pais de Júlia, que sempre aprovaram o relacionamento da filha, prontamente deram a autorização necessária para que ela se casasse. Dois meses após o matrimônio, Júlia decidiu procurar uma agência de viagem e contratar um pacote turístico para que ela e Roberto pudessem realizar a sua primeira viagem juntos.

Considerando que ela celebrou o contrato com a agência sem a participação de seu marido ou de seus pais, é correto afirmar que o contrato:

- (A) é plenamente válido, pois Júlia tem capacidade civil plena, embora não tenha atingido a maioridade;
- (B) não é válido, pois, sendo Júlia menor de 18 anos, não pode contratar sem a representação de seus pais;
- (C) é plenamente válido, pois, sendo Roberto maior de 18 anos, sua idade supre a incapacidade de Júlia;
- (D) não é válido, pois, até que Júlia complete 18 anos, precisa da assistência de Roberto para contratar;
- (E) é anulável, pois Júlia é incapaz, mas pode tornar-se válido se Roberto prestar sua anuência posteriormente.

2. FGV - TJ (TJ RO)/TJ RO/2021

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Três irmãos pretendem comprar juntos um automóvel: Caio, 20 anos, pessoa com leve deficiência mental; Joana, 16 anos, graduada em Turismo; e Natália, 17 anos, casada civilmente com Jorge.

Para a celebração do negócio, deve-se levar em conta que Caio, Joana e Natália são, respectivamente:

- (A) absolutamente capaz, absolutamente capaz e absolutamente capaz;
- (B) absolutamente incapaz, absolutamente capaz e absolutamente incapaz;
- (C) relativamente incapaz, relativamente incapaz e absolutamente incapaz;
- (D) absolutamente incapaz, absolutamente capaz e relativamente incapaz;
- (E) relativamente incapaz, absolutamente incapaz e absolutamente capaz.

3. FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Jane dá aula de inglês para três estudantes: Cristiano, 16 anos, emancipado voluntariamente por seus pais; Haroldo, 17 anos, universitário; e Andressa, 19 anos, parcialmente interdita e sob curatela porque dilapidava descontroladamente todo o seu patrimônio.

De acordo com o Código Civil, entre os estudantes, são relativamente incapazes:

- (A) Cristiano, Haroldo e Andressa;
- (B) Haroldo e Andressa;
- (C) Cristiano e Haroldo;
- (D) Cristiano e Andressa;
- (E) somente Cristiano.

4. FGV - GP (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/2021

Assunto: Direito Civil - Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/02), analise as afirmativas a seguir.



1. FGV - AFRE MG/SEF MG/TRIBUTAÇÃO/2023

Assunto: Direito Processual Civil - Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

A respeito dos princípios constitucionais aplicáveis ao Processo Civil, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) O juiz pode decidir em primeiro grau com base em fundamento fático que as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar.
- (B) A ampla defesa torna obrigatória a assistência por advogado em todo e qualquer processo, como é o caso dos processos administrativos disciplinares e do *habeas corpus*.
- (C) Diversamente dos princípios do contraditório e da ampla defesa, o devido processo legal não é exigido nos processos administrativos, os quais obedecem à inquisitorialidade.
- (D) O princípio do juiz natural veda a criação de juízes e tribunais de exceção, sem exigir, todavia, que as regras a respeito da fixação de competência sejam anteriores ao ajuizamento da ação.
- (E) O contraditório pode ser diferido em situações excepcionais, presentes razões relevantes que assim justifiquem e em ponderação com outros interesses, sem ofensa à efetividade de tal direito.

2. FGV - ACE (TCE ES)/TCE ES/DIREITO/2023

Assunto: Direito Processual Civil - Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

No julgamento de um processo perante o Tribunal de Contas do Estado, em que se julgaram incorretas as contas prestadas por um agente público, foi, ao final, imputada a este a obrigação do pagamento do débito apurado.

Sabendo-se que foi observado o devido processo legal, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, é correto afirmar sobre o referido processo que:

- (A) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;
- (B) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões não acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;
- (C) há atividade administrativa, sendo a Corte de Contas órgão auxiliar da estrutura do Poder Judiciário brasileiro;
- (D) não há atividade jurisdicional, mas eminentemente administrativa e fiscalizatória, não podendo sua legalidade se submeter ao crivo do Poder Judiciário;
- (E) não há atividade jurisdicional, mas eminentemente administrativa e fiscalizatória, podendo sua legalidade se submeter ao crivo do Poder Judiciário.

3. FGV - JT (CSJT)/CSJT/2023

Assunto: Direito Processual Civil - Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

O atual Código de Processo Civil dedica alguns artigos ao que denominou Normas Fundamentais do Processo, demonstrando, inclusive, o fenômeno da constitucionalização do direito processual.

Nesse cenário, é **correto** afirmar que:

- (A) o processo civil rege-se pelo princípio dispositivo e o processo começa e se desenvolve apenas por iniciativa da parte;
- (B) sob pena de malferir o princípio da imparcialidade, o juiz não deve apontar às partes eventuais deficiências formais do processo para permitir as devidas correções;
- (C) embora as partes tenham o direito de obter em prazo razoável a solução integral do processo (CPC, Art. 4º), nosso direito processual civil não admite o contraditório diferido;

**1. FGV - AUD EST (CGE SC)/CGE SC/DIREITO/2023**

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Acerca dos sistemas processuais penais e a legislação processual penal brasileira interpretada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa **correta**.

(A) A adoção do sistema acusatório no direito brasileiro advém da legislação adjetiva penal, que em sua redação original demonstrava a opção pelo sistema acusatório puro.

(B) O sistema acusatório se caracteriza pela separação entre as funções de acusador e julgador, podendo haver, acidentalmente, a proibição de produção de provas de ofício pelo magistrado.

(C) O sistema adversarial é sinônimo de sistema acusatório puro, e se caracteriza pela separação absoluta entre acusação e órgão julgador.

(D) A Jurisprudência do STF é no sentido de que o sistema inquisitivo adotado no Brasil torna inadmissível a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado.

(E) É compatível com o sistema acusatório adotado no Brasil a requisição, pelo Magistrado, de indiciamento do acusado, desde que realizada após o recebimento da denúncia.

2. FGV - INSP POL (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Policiais militares estavam em patrulhamento de rotina, quando avistaram indivíduos que fugiram ao ver a viatura policial, um dos quais entrou em sua residência. Sem que houvesse denúncia anônima e sem autorização judicial, a guarnição policial ingressou na residência, momento em que se logrou apreender entorpecentes. Apresentando a ocorrência na unidade de Polícia Judiciária, a guarnição policial fez constar que um vizinho teria autorizado o ingresso na residência.

Diante desse cenário, é correto afirmar que a prisão é:

(A) ilegal, diante da ausência de prévia autorização judicial para busca na residência;

(B) legal, por haver flagrante de crime permanente, o que dispensa a prévia autorização judicial;

(C) legal, diante do consentimento válido do vizinho para ingresso na residência;

(D) legal, diante da configuração de justa causa para a ação policial;

(E) ilegal, pois a busca e apreensão não poderia ser executada pela Polícia Militar.

3. FGV - JE TJMG/TJ MG/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Considerando os princípios de Direito Processual Penal, com base na Constituição da República de 1988, no Código de Processo Penal e na jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir e assinale (**V**) para a verdadeira e (**F**) para a falsa.

() O princípio do duplo grau de jurisdição tem previsão expressa na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada pelo Decreto nº 678, de 06/11/1992, contudo não possui previsão expressa na Constituição da República de 1988.

() O indivíduo, que possui contra si mandado de prisão em aberto e que apresenta documento de identidade falso no momento da abordagem policial, não comete o crime disposto no Art. 304 do Código Penal (uso de documento falso), posto que está exercendo o seu direito de autodefesa.

() A publicidade restrita é regra geral dos atos processuais no processo penal, ao passo que a publicidade ampla é exceção e ocorre nas situações expressamente previstas em lei, dependendo de decisão judicial no caso concreto.